

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.33, n.3-4, março/abril 2011

sumário

- 3 RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO E POLÍTICA ECONÔMICA
Gilmar Mendes Lourenço
- 8 INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA NO GOVERNO DILMA
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 10 PIB BRASILEIRO DE 2010
Ricardo Kureski
- 13 PLENO EMPREGO E SEGURO DESEMPREGO
Guilherme Amorim
- 15 20 ANOS DE MERCOSUL
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 18 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 20 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

O comportamento das variáveis econômicas no começo de 2011 simplesmente confirma o caráter frágil do ciclo de recuperação do crescimento, observado pelo Brasil no intervalo de tempo compreendido entre 2004 e 2010, amparado na valorização dos termos de intercâmbio, expressa no acréscimo superior a 30,0% dos preços das exportações frente às importações.

A reprodução ampliada dessa conjuntura virtuosa, de origem externa, no ambiente doméstico, se deu por meio da disseminação dos programas oficiais de transferência de renda, liderados pelo Bolsa Família, do prosseguimento da política de promoção de reajustes reais no valor do salário mínimo, pela ampliação da oferta de crédito (+17,6% do valor das operações às pessoas físicas em 2010), inclusive com a multiplicação da modalidade em consignação (com desconto em folha).

Na prática, houve um autêntico deslocamento do risco de crédito das carteiras das instituições bancárias para as corporações e organismos governamentais, fazendo o consignado responder por mais de 60,0% do crédito pessoal (e cerca de ¼ do custo), a prazos de pagamentos que chegaram a quase 100 meses.

Essa conjugação de fatores positivos ensejou o delineamento de firme trajetória de evolução do emprego formal e dos salários reais, inclusive com a conquista de reajustes de rendimentos superiores à inflação pretérita, por parte da maioria das categorias de trabalhadores, quando dos dissídios e acordos coletivos, e até, em certos segmentos industriais, maiores que os ganhos de produtividade.

Por extensão, notou-se a elevação do poder aquisitivo dos consumidores, em um ambiente de neutralização das pressões inflacionárias, em razão dos efeitos da intensificação da valorização cambial em uma economia aberta, especialmente a avalanche de compras externas que, inclusive, estaria comprometendo a competitividade do complexo fabril nacional.

Contas feitas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) mostram que o peso das importações no consumo aparente de bens destinados ao ativo fixo no Brasil subiu de 40,0%, em 2005, para 60,0%, em 2010. Essa constatação estaria na raiz da estagnação do emprego da capacidade instalada industrial, acusada por pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em sentido semelhante, a contribuição da indústria de transformação no montante total do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira encolheu de 27,2%, em 1985, para menos de 16,0%, em 2009, e o coeficiente de importações (compras externas/PIB) do País declinou de 14,6%, em 2005, para 21,8% em 2010.

No tocante à verificação de acréscimos salariais *versus* patamares de eficiência, as apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam variação real de 3,7% da folha de pagamento média do parque manufatureiro do País, nos doze meses encerrados em fevereiro de 2001 contra 4,0% na produtividade, fruto do quociente entre os incrementos da produção física e das horas pagas de 9,6% e 4,4%, respectivamente.

O estreitamento das margens de eficiência industriais para a acomodação de variações salariais pode degenerar alguns alicerces da competitividade brasileira em médio prazo, especialmente se for atentado para o fato de que a apreciação do real já teria provocado a subida em mais de 40,0% do salário médio brasileiro em dólares, desde o começo de 2008.

A esse respeito, a recente decisão do Ministério da Fazenda em tributar com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6,0% as operações de empréstimos e lançamento de títulos por instituições financeiras brasileiras no exterior, com prazo inferior a dois anos, terá efeitos meramente paliativos. O pior é que será compensado pela conjugação entre o enorme hiato entre os juros reais brasileiros *vis-à-vis* os praticados no resto do mundo, principalmente nas nações com grau de risco semelhante, a já mencionada apreciação dos termos de intercâmbio e os crescentes ingressos de investimentos diretos estrangeiros (mais de US\$ 55,0 bilhões em doze meses até março de 2011).

* Economista, pesquisador do IPARDES.

Igualmente inócua será a elevação de 1,5% para 3,0% da alíquota de IOF incidente nas linhas de crédito ao consumidor, que deverá ser diluída no valor das parcelas a serem pagas pelos mutuários. Aliás, em ambos os casos (empréstimos externos e internos), a majoração do tributo servirá apenas para incrementar as receitas do governo.

Daí a relevância do avanço nas discussões rumo à diminuição dos encargos incidentes sobre a folha de salários e à flexibilização das relações de trabalho, ingredientes essenciais à preservação e intensificação das conquistas monetárias e sociais (formalização) dos trabalhadores e anti-inflacionárias da macroeconomia.

Conforme acompanhamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 88,7% de um total de 700 negociações salariais conduzidas pelas diferentes categorias profissionais em 2010 resultaram em correções maiores que a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, contra 78,9% em 2009. Além de se tratar da melhor performance desde 1996, em 7,0% dos acordos ocorreu a reposição integral da inflação e em apenas 3,0% os ajustes acusaram perdas reais.

Mais que isso, a colheita pelo Brasil dos frutos bons da etapa de maior dinamismo da economia mundial desde o fim da 2ª Guerra, maximizada pelo acionamento dos mecanismos internos de aceleração da renda, propiciou a formação de ativos de contenção do movimento recessivo, precipitado pela crise financeira internacional do final de 2008 e início de 2009. Estes se traduziram no acréscimo das despesas e do crédito público subsidiado, capitaneados pelo Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Frise-se que a linha contracíclica foi mantida mesmo depois da superação do estágio de instabilidade, o que pode ser evidenciado pela queda do superávit primário das contas públicas de 3,0% para 1,5% do PIB e alocação de haveres subsidiados pelo Tesouro Nacional para as operações de empréstimos do BNDES em montante superior a R\$ 230,0 bilhões entre outubro de 2008 e fins de 2010. Essa infusão oficial adicional ao banco correspondeu a mais de 10,0% do orçamento federal e suplantou os investimentos da União aprovados pelo Congresso Nacional.

A capacidade de contágio dos elementos de instabilidade, expressa no desequilíbrio estrutural das contas públicas e na excessiva dosagem de oferecimento de capitais de terceiros, intermediados a juros inferiores ao custo de captura, por parte das agências financeiras governamentais, impõe sensíveis reparos na orientação econômica.

Não há como fugir da tarefa de eliminação das chances de retorno da inflação e de seus efeitos regressivos sobre a distribuição da renda

Não há como escapar da tarefa de eliminação das chances de retorno da lubrificação das engrenagens inflacionárias e de suas consequências regressivas sobre a distribuição da renda, tributando diretamente a população menos favorecida. Conforme o IBGE, o rendimento médio do pessoal ocupado nas seis regiões metropolitanas acompanhadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) encolheu 1,4% entre outubro de 2010 e março de 2011.

O combate à espiral de preços, restrita inicialmente aos impactos domésticos do choque de alimentos em escala planetária e que se irradiou para os bens salários e serviços não importados, exige uma sintonia fina entre as estratégias monetárias e fiscais, sob pena de interrupção prematura da onda ascendente dos negócios.

É impossível esquecer que o Brasil passou da 3ª maior taxa de desemprego, dentre as vinte maiores economias do planeta, antes da crise financeira mundial de 2008-2009, para a 16ª atualmente, perdendo apenas para algumas nações asiáticas. O desemprego chegou a 6,5% da População Economicamente Ativa (PEA), em março de 2011, o menor nível para o mês desde o começo da nova série (mensurada pelo IBGE) em 2002, contra 6,4% em fevereiro de 2011 e 7,6% em março de 2010.

Na mesma balada, estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam geração líquida de 584 mil empregos formais nos três primeiros meses de 2011, o que

configura recorde para o intervalo. O rendimento médio real do pessoal ocupado foi de R\$ 1.557,00 em março de 2011, com incremento de 0,5% e 3,8% em relação a fevereiro de 2011 e março de 2010, respectivamente.

Nessa perspectiva, percebe-se a fadiga ou o limitado alcance dos instrumentos monetários gradualistas de contenção da ressurgência da inflação, incluindo juros e as ferramentas macroprudenciais instituídas desde fins de 2010, particularmente elevação dos recolhimentos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central (BC), ampliação da proporção do capital mínimo das instituições em relação ao volume de empréstimos, diminuição dos prazos de cobertura das prestações, fixação de piso de pagamento de 20,0% da fatura dos cartões de crédito. Apesar do encolhimento do financiamento de veículos, o mercado em geral encontrou brechas para escape da restrição creditícia nas operações de *leasing* e na redescoberta do uso do cheque pré-datado.

Por isso, soaria oportuno o desencadeamento de um esforço estrutural mais convincente de racionalização e diminuição dos dispêndios correntes e financeiros nas diferentes instâncias públicas, visando à abertura de flancos orçamentários para a viabilização de investimentos, sem acréscimo de impostos, que simplesmente transfere o fardo do ajuste para consumidores e empresas.

Vale recordar aqui que a insistência em combater focos de inflação predominantemente de oferta internacional (custos), de poder de mercado dos oligopólios nas áreas de insumos básicos, de ineficiências do setor público e inercial – por meio da indexação dos preços ou tarifas de aluguéis, telecomunicações, energia elétrica, pedágios, mensalidades escolares etc. ao Índice Geral de Preços (IGP) da FGV, não eliminada nos tempos de maior estabilidade monetária –, com a receita dos juros altos, produz um conjunto nada desprezível de patologias.

Aliás, o IGP é fortemente afetado pela elevação estrutural das cotações mundiais das matérias-primas, fruto da acentuação da integração da China, Índia e nações do leste europeu à dinâmica global e, conseqüentemente, da multiplicação dos respectivos mercados domésticos, materializada na entrada de companhias europeias e americanas, que perseguem a sobrevivência competitiva, aproveitando a disponibilidade do fator locacional “mão de obra abundante e barata”.

Dentre aquelas deturpações domésticas sobressaem a preferência pelo rentismo empresarial, em detrimento do investimento produtivo, a fragilização da balança comercial, devido ao fortalecimento do real, com a enxurrada de dólares especulativos vinculados à fatura de liquidez nos países desenvolvidos, promovida pelos bancos centrais ao preço real próximo de zero, e a ameaça de precipitação de um ciclo de inadimplência.

Não por acaso, o lucro líquido agregado dos oito maiores bancos atuantes no País cresceu 28,1% em 2010, sustentado, em grande proporção, pelo encarecimento do financiamento da dívida pública, lastreado nas transações do *overnight*, com garantia de recompra. Isso, por seu turno, enfraquece o processo de restauração das ações desenvolvimentistas, devido à compressão da capacidade de investimento do Estado.

As melhores performances bancárias em 2010 ficaram a cargo do Itaú/Unibanco (R\$ 13,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 11,7 bilhões), Bradesco (R\$ 10,022 bilhões), Santander (R\$ 7,382 bilhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 3,8 bilhões), HSBC (R\$ 1,082 bilhão), Safra (R\$ 1,048 bilhão) e Banrisul (R\$ 741,2 milhões).

Outra distorção dos juros altos compreende a multiplicação do passivo governo (a taxa Selic serve para corrigir aproximadamente 40,0% da dívida pública), cujos encargos devem absorver 5,5% do PIB em 2011, o equivalente a 15 vezes o Programa Bolsa-Família e 6 vezes os recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em outros termos, afigura-se crucial uma redefinição da utilização dos excedentes (públicos e, principalmente, privados) proporcionados pelas exportações de *commodities* e pelo revigoramento da demanda interna, ancorado na inclusão social, na direção da restauração, ampliação e modernização do capital social básico e da capacidade produtiva do País.

Por enquanto, o anúncio de intenção de arrumação das finanças públicas, centrada em cortes programados de gastos de R\$ 50,0 bilhões no orçamento federal, a negociação política e conquista de um reajuste do valor do salário mínimo próximo da inflação anual, mensurada pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) do IBGE, e a redução em 60,0% do aporte de empréstimos federais do BNDES em 2011, fixado em R\$ 55,0 bilhões, frente ao exercício de 2010, representam apenas atitudes introdutórias de uma estratégia de

perseguição de obtenção de déficit público nominal zero em 2014, apenas factível se os gastos de custeio e os repasses voluntários do governo vierem a experimentar taxas de variação anuais bastante inferiores às do PIB.

No entanto, como a operacionalização de tais iniciativas estaria carregada de dúvidas, ainda é prematuro argumentar acerca de seu poder de oportunizar a constituição de um clima propício ao declínio estrutural dos juros e dos *spreads* bancários, ao resgate do poder de investimento público e à negociação política das reformas de base, capazes de devolver competitividade sistêmica aos agentes produtivos atuantes no Brasil.

Por exemplo, o detalhamento da austeridade fiscal de R\$ 50,0 bilhões foi fracionado em dois pedaços: R\$ 36,2 bilhões em gastos não obrigatórios das diferentes pastas (incluindo as sociais e de infraestrutura) e R\$ 12,2 bilhões em dispêndios forçados (pessoal, previdência, seguro-desemprego e outros subsídios). O que sobrou (R\$ 1,6 bilhão) equivale ao veto pela Presidência da Lei Orçamentária.

No que se refere ao freio nos gastos com folha de pessoal e encargos, a proposição oficial limitou-se à suspensão temporária de novos concursos e contratações, ignorando o exponencial aumento de pessoal constatado nos últimos anos, sem contrapartida em elevação de eficiência e qualidade, evidenciada pelo diminuto nível de implementação de programas de investimentos, também decorrente de insuficiência de competência gerencial na administração pública.

Não bastasse essa distorção, se for considerado que a compressão das despesas não obrigatórias só funcionaria por meio do convencional contingenciamento (na boca do caixa), e que apenas o Ministério das Cidades sofreu enxugada de R\$ 8,6 bilhões (R\$ 5,1 bilhões do Programa Minha Casa Minha Vida, ou 40,0% do previsto), é lícito admitir que o ajuste anticíclico nas finanças, na busca de recuperar os saldos fiscais primários, venha afetar também os investimentos.

Os repasses do Tesouro ao BNDES representam multiplicação de dívida líquida pública, devido ao apreciável hiato existente entre as taxas de captação (Selic - 12,0% ao ano, em abril de 2011) e as de empréstimos (taxa de juros de longo prazo - TJLP, 6,0% a.a.), e, por extensão, de carga tributária. Os juros finais podem atingir 5,0% a.a., no caso de modalidades direcionadas ao capital inovador.

Conforme já assinalado, o governo federal transferiu, à agência de fomento, R\$ 230,0 bilhões entre o último trimestre de 2008 e o final de 2010, a pretexto de compensar a escassez de crédito externo por interno durante a instabilidade mundial, a custos superiores a R\$ 35,0 bilhões. Para 2011, os recursos colocados à disposição do banco chegarão a R\$ 145,0 bilhões, incorporando os R\$ 55,0 bilhões antes mencionados, destinados à cobertura da prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) até o final do corrente ano. Nesse particular, a pressão inflacionária inicial é neutralizada pelo aumento da capacidade de oferta mais adiante.

O PSI foi instituído em julho de 2009 e prorrogado por duas vezes (até junho de 2010 e fevereiro de 2011), no afã de manter o suprimento da demanda por crédito subsidiado, no transcorrer da reativação econômica pós *default* externo, a partir de critérios pouco transparentes na escolha de ramos e grandes empresas a serem contemplados com os recursos.

Pelas suas escalas financeiras, tais companhias poderiam ser perfeitamente atendidas por entidades privadas nacionais e internacionais, o que permitiria ao banco atuar prioritariamente no aporte de recursos aos projetos públicos ou de pequenas e médias empresas ligadas aos segmentos de bens de capital e exportações.

Existem ambiguidades na política econômica de curto prazo, manifestadas na elevação do consumo, emprego, gasto público e inflação e na deterioração das contas externas do País

Como se vê, reconhecidamente, ressaltam-se ambiguidades na orientação econômica de curto termo, retratadas na persistência da elevação do consumo, emprego, gasto público –

pois os cortes se resumiram aos restos a pagar, excluindo as despesas do PAC – e inflação e na deterioração das contas externas, mesmo com o expressivo avanço nas relações de troca do País.

O mais gritante, porém, foram as mensagens contraditórias emitidas pelo BC, no relatório de inflação do 1º trimestre de 2011 e na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de abril de 2011, exacerbando as inquietações dos mercados quanto aos instrumentos e a intensidade da austeridade monetária prescrita para a neutralização dos componentes locais da inflação.

A não arrumação da conjuntura produz suspeitas em relação à capacidade de o governo concentrar esforços em itens da agenda estrutural, como a redução do ritmo de crescimento das despesas e a melhoria da qualidade da gestão pública, a efetivação do prometido Plano Nacional de Erradicação da Miséria, o monitoramento rigoroso da execução do PAC, a intensificação dos empreendimentos ligados ao pré-sal e das obras das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014.

Tudo isso sem deixar de considerar a necessidade de montagem do palco político para a efetivação do espetáculo das eleições municipais de 2012 e de viabilização de obras polêmicas, como o trem-bala, ligando Campinas ao Rio, como opção ao metrô, e do costumeiro financiamento das campanhas.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA NO GOVERNO DILMA

Fernando Raphael Ferro de Lima*

A contenção da inflação tem sido apontada pelos meios especializados como o principal desafio deste início de governo Dilma. De fato, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), utilizado como referência para a política monetária, tem apresentado trajetória ascendente desde agosto de 2010. Em março, o índice encontrava-se em 6,30% no acumulado de 12 meses, acima do centro da meta de inflação (de 4,5% ao ano), próximo ao teto de 6,5%.

Dentre os determinantes da elevação dos índices de preço encontram-se fatores sazonais internos, como o aumento dos preços dos alimentos *in natura* e os reajustes nas tarifas escolares e no transporte público, bem como externos, manifestados na elevação dos preços das *commodities*. Entretanto, também há interferência da demanda interna aquecida, atestada pela alta dos preços dos serviços e dos salários. Diante destes indicadores, o Banco Central (BACEN), de forma ainda conservadora, projetou taxa de inflação para o ano corrente de 5,6%, com a taxa Selic em 11,75% e dólar a R\$ 1,65, em seu relatório de março.

O BACEN tem atuado em conjunto com o Ministério da Fazenda para controlar a aceleração dos preços sem elevação excessiva da taxa básica de juros, que comprometeria os investimentos de médio e longo prazo e encareceria a rolagem da dívida pública. Isto decorre da leitura de que a inflação atual é predominantemente de custos, menos sensível aos aumentos na taxa Selic.

Entretanto, para conter o crescimento da demanda agregada, o governo anunciou um pacote de medidas “macroprudenciais”, que atuariam, principalmente, através de restrições ao crédito. Para tanto, foram tomadas providências como o aumento do montante de depósitos compulsórios, tanto à vista quanto a prazo (que haviam sido reduzidos durante a crise de 2008/2009), e a elevação do Fator de Ponderação de Risco (FPR), de 100% para 150% nas operações de crédito com prazos superiores a 24 meses, com contenção do crédito prevista em R\$ 61 bilhões para 2011.

Como efeito destas medidas, houve uma redução acentuada das vendas de automóveis, um dos segmentos mais afetados por estas medidas. De acordo com o IBGE, as vendas de automóveis tiveram recuo de -7,2% em janeiro 2011 na comparação com dezembro de 2010, e de -1,1% em fevereiro na comparação com janeiro, descontados os efeitos sazonais. A carteira de crédito para aquisição de veículos em fevereiro estava no mesmo patamar de dezembro, quando atingiu R\$ 188,6 bilhões, indicando que não houve expansão deste tipo de financiamento.

O crédito imobiliário para o programa “Minha Casa Minha Vida” também experimentou redução acentuada. Como o total de recursos tomados em 2010 superou a meta, houve paralisação na tomada de novos empréstimos no início de 2011. A retomada está prevista apenas para o segundo semestre, demora decorrente da necessidade de aprovação da segunda fase do programa pelo Congresso Nacional, que ocorreu apenas no final de abril.

Porém, as providências de contenção do crédito estavam sendo prejudicadas pela expansão dos empréstimos de curto prazo no exterior, realizados por bancos e empresas. Entre 1º de janeiro e 25 de março de 2011 ingressaram US\$ 26,6 bilhões nesta modalidade de crédito. Na comparação com o mesmo trimestre de 2010, o crescimento foi de 215% nos recursos tomados por bancos e de 60% nas captações realizadas por empresas. A principal motivação destas operações são as taxas de juros muito mais baixas no exterior do que as praticadas internamente, o que atrapalha o esforço do governo para a contenção do crédito no mercado interno.

Diante disto, foi anunciada outra medida macroprudencial, que estipulou a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para os empréstimos no exterior com duração inferior a dois anos. Anteriormente, a alíquota era de 5,38% e incidia apenas em empréstimos de até 90 dias. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a medida não

* Geógrafo, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Análise Conjuntural do IPARDES.

afeta os investimentos de médio e longo prazos, uma vez que as operações com prazo inferior a um ano não são, em geral, destinadas a investimentos, mas, principalmente, para a formação de capital de giro. Além disso, a providência também pode contribuir para a redução da entrada de dólares no País, que tem como efeito acentuar a valorização do real.

Ainda em relação ao câmbio, foi tomada outra decisão que também inclui a revisão de alíquotas. Foi aumentado de 2,38% para 6,38% o IOF sobre as compras realizadas com cartões de crédito no exterior, que tem também como objetivo compensar parcialmente as perdas de arrecadação decorrentes da atualização da tabela de pagamentos do Imposto de Renda, que sofrerá reajuste de 4,5%, abaixo da inflação de 2010 (5,9%).

No plano fiscal, foi anunciado um contingenciamento de gastos da ordem de R\$ 50 bilhões, incluindo redução de emendas dos parlamentares, restrições de gastos correntes e suspensão de novas contratações e concursos no serviço público federal. No primeiro trimestre, o superávit primário consolidado atingiu R\$ 39,9 bilhões, representando 33,8% da meta para 2011, de R\$ 117,9 bilhões. Este valor representa 4,2% do PIB. Em março, o superávit foi de 13,6 bilhões, para o qual os Estados e municípios contribuíram com R\$ 4,4 bilhões, ou seja, 54% do total. O restante foi realizado pela União (R\$ 9,7 bilhões), com déficit de R\$ 500 milhões das empresas estatais. O alcance do ajuste, contudo, foi minimizado em função da liberação de R\$ 55 bilhões para capitalização do BNDES.

O superávit também foi possível em função do aumento significativo da arrecadação do governo federal, proporcionada pelo crescimento da economia, e também pelo próprio avanço da inflação. As alterações nos preços dos produtos são absorvidas por impostos como ICMS e IPI, e também por aqueles reajustados pelos índices de inflação, como é o caso do IPTU e dos impostos e taxas recolhidas sobre veículos.

Ainda assim, restam algumas dúvidas sobre a real capacidade do governo em cumprir a meta de superávit primário de 3% do PIB, que tem balizado as expectativas do Comitê de Política Monetária (COPOM) para a definição da taxa de juros. O COPOM espera que a inflação se mantenha próxima do teto da meta nos três primeiros trimestres do ano, convergindo para o centro a partir de outubro. Desta forma, o governo já admite que não irá perseguir o centro da meta de inflação para este ano, adotando uma política mais “frouxa” em relação à dos anos anteriores.

De fato, parte da inflação atual pode ser atribuída aos elevados índices de utilização da capacidade instalada da indústria, que, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), ultrapassaram os 85% em fevereiro de 2011. A continuidade da elevação dos investimentos, sobretudo das firmas industriais, sofre com algumas incertezas em relação ao futuro. A indústria de transformação tem arcado com a perda de competitividade decorrente da valorização cambial. Ademais, os aumentos dos custos internos, sobretudo dos salários, pioram a situação, uma vez que a concorrência imposta pelos produtos importados dificulta o repasse de custos para os consumidores e comprime as margens de lucro.

Ressalte-se que os ganhos de produtividade decorrentes dos investimentos em capital são muitas vezes anulados por ineficiências advindas do setor público, como é o caso da infraestrutura deficiente, da elevada carga tributária, dos custos trabalhistas e da burocracia. Além disso, o contínuo aumento da demanda por profissionais melhor qualificados esbarra na precariedade da formação de mão de obra. A diminuição destes custos demandaria reformas importantes (fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária).

Todas as questões levantadas justificam as dúvidas dos agentes quanto à efetiva capacidade do governo, neste início de mandato, de enfrentar o desafio do controle dos preços. O pior é que a inflação afeta com mais intensidade os estratos mais pobres da população, colocando em risco todos os ganhos sociais produzidos pela estabilidade monetária. Assim, o crescimento econômico com estabilidade dos preços depende não apenas de medidas de ajuste fiscal e monetárias, mas de uma verdadeira reforma do Estado brasileiro que permita ao País enfrentar e superar os seus enormes problemas estruturais.

Com o crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteve-se o melhor resultado desde 1986 (tabela 1). Dentre as principais economias emergentes, a expansão do PIB brasileiro foi superada somente pela China (10,35%) e Índia (8,65%), ficando à frente da Rússia (4,0%). O resultado de 2010 foi influenciado pela base de comparação de 2009, quando houve decréscimo de -0,60%, em conjunto com a política fiscal, caracterizada pelo afrouxamento da meta de superávit primário, que possibilitou o incremento dos gastos públicos e pela política monetária passiva adotada pelo governo federal.

TABELA 1 - BRASIL - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2005-2010

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO	
	R\$ milhões	Variação real (%)
2005	2 147 239	3,16
2006	2 369 484	3,96
2007	2 661 345	6,09
2008	3 031 864	5,16
2009	3 185 125	-0,60
2010	3 674 964	7,50

FONTE: IBGE

Uma melhor compreensão desse desempenho requer um breve exame tanto pela ótica da demanda agregada, quanto pela ótica do produto. Pelo lado da demanda, deve-se destacar a subida do consumo das famílias, que registrou crescimento de 7,0% no ano (gráfico 1). Este segmento foi responsável por 60,57% do valor do PIB. Sua performance foi influenciada pelo crescimento de 4,44% da renda média do trabalho e pela ampliação do crédito, cujo estoque passou de 44,4% do PIB, em dezembro de 2009, para 46,7%, em dezembro de 2010. Não obstante, o aumento do volume de crédito ocorreu conjuntamente com a impulsão da inadimplência para 6,3%, conforme dados da Serasa, superando resultado de 2009 (5,9%), ano dos maiores efeitos da crise financeira internacional.

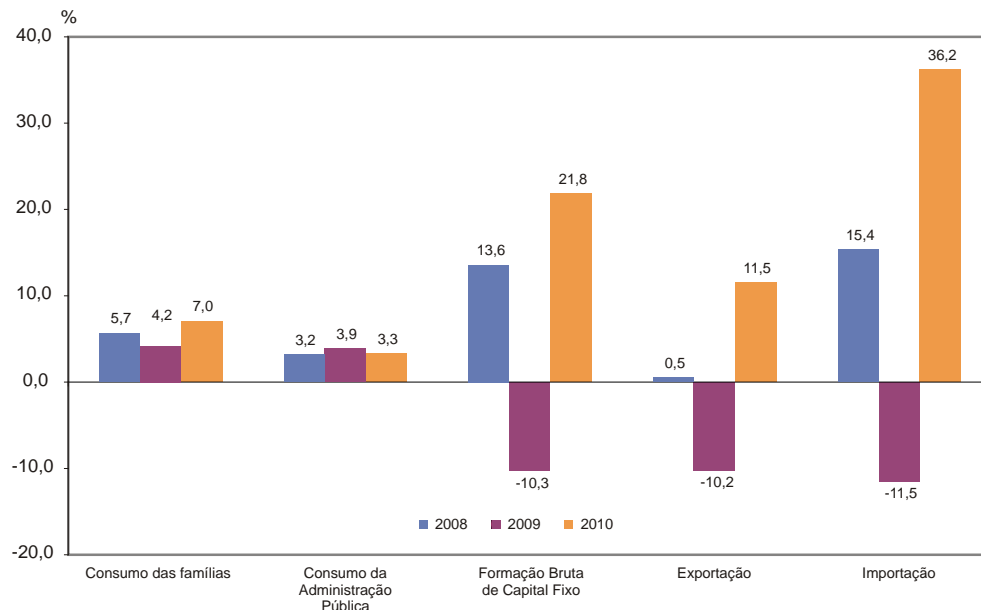
O consumo da administração pública registrou aumento de 3,3%, inferior ao resultado de 2009 (3,9%), quando este expediente foi utilizado como uma das alavancas da política anticíclica empregada para reduzir o impacto da crise externa na economia brasileira. De fato, é possível observar que a retração do PIB em 2009 só não foi maior devido ao consumo das famílias e dos gastos públicos.

Os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), apresentaram expansão de 21,8% em 2010, uma notável recuperação em face da retração de -10,2% em 2009. Os maiores aumentos foram em máquinas e equipamentos (55,2%) e construção civil (37,8%). Contribuiu para este resultado a expansão do crédito público direcionado. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R\$ 168,4 bilhões em 2010, suplantando em 5% os de 2009. Da mesma forma, o programa Minha Casa Minha Vida, gerido pela Caixa Econômica Federal, impulsionou a construção de moradias para famílias com renda entre 2 e 3 salários mínimos, com liberações de R\$ 39 bilhões.

No que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no período de 2007 a 2010 foram gastos R\$ 444 bilhões, principalmente em obras de infraestrutura, o que alavancou o investimento na economia brasileira. Ainda assim, apesar do crescimento expressivo da FBKF em 2010, a taxa de investimentos ainda não atingiu o nível pré-crise de 2008 (gráfico 2).

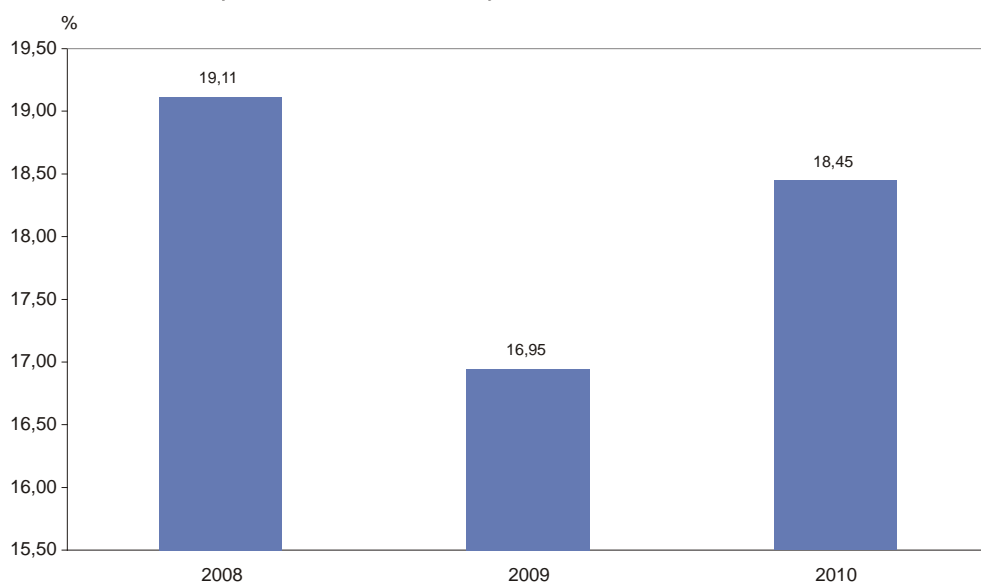
* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO PIB PELA ÓTICA DA DEMANDA - 2008-2010



FONTE: IBGE

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO NO PIB - BRASIL - 2008-2010



FONTE: IBGE

No tocante às exportações, ocorreu aumento de 11,5% frente ao ano de 2009 (ver gráfico 1). Dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), apontaram crescimento no volume de 11,4% nas exportações de produtos básicos, 6,6% nos produtos semimanufaturados e 8,9% nos produtos manufaturados. Os principais produtos exportados foram minérios, petróleo e combustíveis e material de transporte, com expansão nos valores das exportações de 113,4%, 53,1% e 34,6%, respectivamente.

No que tange às importações, após a queda de 11,5%, em 2009, ocorreu ampliação de 36,2% em 2010. As elevações mais expressivas foram em combustíveis e lubrificantes (58,8%), automóveis e partes (50,8%), equipamentos elétricos e eletrônicos (42,7%) e equipamentos mecânicos (35,7%), que, juntos, responderam por 53,9% do valor total das compras externas. Este resultado foi influenciado pela valorização do real.

Pela ótica do produto, considerando-se apenas o valor adicionado, a expansão total foi de 6,7%, bastante superior ao resultado negativo de -0,6% do ano anterior. A agropecuária cresceu 6,5% em 2010 e reverteu o desempenho negativo de 2009 (-4,6%), influenciado por

condições climáticas adversas (tabela 2). O resultado positivo de 2010 foi determinado pelo aumento de 20,2% na produção de soja, 20,1% na de trigo, 17,6% na de café, 9,4% na de milho e 5,7% na produção de cana-de-açúcar, segundo o IBGE.

TABELA 2 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DO VALOR ADICIONADO POR ATIVIDADE ECONÔMICA - 2008-2010

SETOR	2008	2009	2010
Agropecuária	6,1	-4,6	6,5
Indústria	4,1	-6,4	10,1
Serviços	4,9	2,2	5,4
TOTAL	4,8	-0,6	6,7

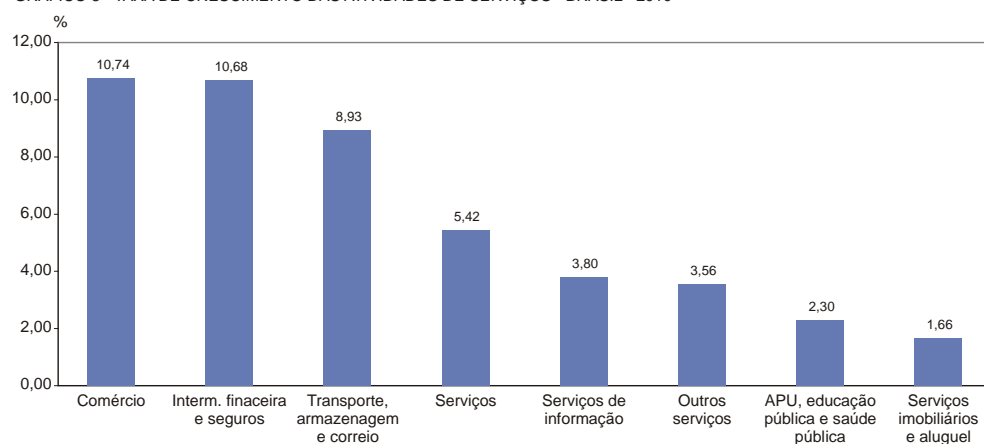
FONTE: IBGE

A atividade industrial cresceu 10,1% em 2010, com expansão de 17,7% na produção da indústria extrativa mineral, 9,7% na indústria de transformação, 11,6% na construção civil e 7,8% na atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, refletindo o aumento do crédito, dos investimentos e da massa salarial.

Os principais segmentos que determinaram o crescimento da indústria de transformação, segundo o índice de produção física da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, foram veículos automotores, 24,2%; máquinas e equipamentos, 24,3%; metalurgia básica, 17,4%; outros produtos químicos, 10,2%; produtos de metal, 23,4%, e alimentos, 4,4%.

Já no que se refere à atividade de Serviços, o crescimento real foi de 5,4%, determinado pela variação do comércio (10,74%), intermediação financeira, seguros e previdência (10,68%), transporte, armazenagem e correio (8,93%) – gráfico 3. O maior dinamismo foi observado no comércio, refletindo a expansão da demanda interna. Seu desempenho foi sustentado principalmente pela expansão no volume de vendas dos segmentos de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (9,0%), móveis e eletrodomésticos (18,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,8%), cujas vendas correspondem a 65,60% do índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado. Neste índice também estão inclusas as vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (14,13%) e material de construção (15,66%).

GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS - BRASIL - 2010



FONTE: IBGE

Essencialmente, o resultado do PIB brasileiro de 2010 foi resultado do dinamismo da demanda interna, reforçada pelas ações do governo federal para amenizar o efeito da crise de 2009. A redução do IPI para venda de veículos novos, a ampliação do crédito para a compra da casa própria, através de financiamento da Caixa Econômica Federal, e a ampliação dos financiamentos para investimentos, por parte do BNDES, foram alguns dos fatores que explicam o resultado favorável. Pelo ângulo da demanda, destaca-se a ampliação do consumo das famílias, motivada pelo aumento dos empregos e salários reais e o crescimento dos investimentos. Também ocorreu a retomada das exportações, sobretudo de produtos básicos, como o minério de ferro, insuficientes, entretanto, para compensar o crescimento das importações.

A economia brasileira da virada da década experimenta redução do desemprego a níveis que, tecnicamente, podem ser classificados como de pleno emprego. Esse fenômeno é acompanhado pelo crescimento da formalização do mercado de trabalho, processo salutar que insere contingente progressivo de cidadãos na rede de apoio estatal, conferindo-lhes direitos como seguro-desemprego e abono salarial, e acesso a programas de qualificação profissional. Tal processo, entretanto, tem exigido volumosos recursos federais. O aparente paradoxo reside no fato de que a queda no desemprego requer maiores dispêndios na estrutura de amparo ao trabalhador.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desocupação chegou a 5,3% em dezembro do ano passado, menor patamar da série iniciada em março de 2002. Ainda que não haja consenso sobre o conceito de “pleno emprego” e que o plano de amostragem da PME abranja apenas seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), que apresentam dinâmicas bastante discrepantes no mercado de trabalho, essa é uma marca relevante.

Ao longo do ano de 2010, a taxa de desocupação caiu 1,5%. O volume de requerimentos de seguro-desemprego caiu em correlação direta: redução de 1,43% no mesmo período. São elegíveis para recebimento desse benefício, pago entre três e cinco parcelas, os trabalhadores com carteira assinada que tenham recebido salários nos seis meses anteriores à demissão sem justa causa. O valor de cada parcela varia entre R\$ 545 (um salário mínimo) e R\$ 1.020, de acordo com o tempo de serviço e o salário que deixou de receber.

O abono salarial, com valor de um salário mínimo, é pago anualmente aos trabalhadores formais que tenham recebido, no ano anterior, salário médio mensal com valor igual ou inferior a dois salários mínimos. De acordo com estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o saldo de movimentações (admissões menos desligamentos) de trabalhadores que receberam salários até esse limite, em 2009, foi ligeiramente superior a 1,5 milhão de postos de trabalho. Esse contingente mais do que dobrou em 2010: foram cerca de 3,17 milhões de novos registros de trabalho habilitados a receber o abono.

A política de aumentos reais do salário mínimo teve alguns reflexos nessa dinâmica de emprego: nestes dois anos, somente as faixas salariais até dois salários mínimos registraram saldo positivo de movimentação. Todas as demais faixas de salário foram caracterizadas por maior número de desligamentos do que de admissões. Segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o volume de gastos com o seguro-desemprego e o abono, em 2010, alcançou R\$ 29,8 bilhões – variação anual nominal de 10,7%

O orçamento da União para o ano de 2011 prevê dispêndios de R\$ 18,9 bilhões com o seguro-desemprego e de R\$ 9,8 bilhões com a rubrica do abono salarial. Somadas aos gastos com seguros especiais para o apoio a trabalhadores resgatados de escravidão, trabalhadores domésticos e pescadores artesanais, as despesas cobertas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) têm dotação orçamentária superior a R\$ 30 bilhões. O FAT é financiado pelo Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Desde a promulgação da Constituição de 1988, pelo menos 40% dessas duas contribuições devem ser destinadas ao financiamento de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O simulacro de ajuste fiscal anunciado no início do ano pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento estima que o combate a fraudes permita que o volume de recursos despendido caia 10%. A fraude mais comum é aquela em que empregador e trabalhador, após os seis meses protocolares, registram a rescisão do vínculo empregatício, com a relação tornando-se informal. Burla-se o pagamento de encargos e o rendimento do trabalhador cresce marginalmente no curtíssimo prazo. O MTE estuda elevar o prazo exigido para a elegibilidade ao seguro-desemprego, de seis meses para um ano.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

O setor de construção civil espelha bem essa nova realidade: impulsionado por obras de infraestrutura e pelo mercado imobiliário residencial, o número de trabalhadores com carteira assinada nesse ramo da economia cresceu 14,9% entre 2009 e 2010, de acordo com Índice Nacional da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse índice considera todos os empregados no setor, com variados níveis de formação, de serventes a engenheiros. O nível de rotatividade na construção civil, por outro lado, é o maior dentre os seis grandes setores de atividade econômica estruturados pelo IBGE (indústria, comércio, construção civil, serviços, agropecuária e outros/ ignorados). Segundo o CAGED, foram registradas 2,46 milhões de admissões pela construção civil em 2010, crescimento de 26,35% em relação ao ano anterior. Em 2010, entretanto, as demissões chegaram a 2,21 milhões de registros, variação de 24,64% em relação a 2009.

A competição entre empregadores na construção civil, sobretudo nas metrópoles do sudeste e do sul do País, tem elevado os salários dos empregados nesse ramo de atividade. De acordo com a PME de março de 2011, o rendimento médio real dos trabalhadores do setor, com vínculos formais ou informais, cresceu 3,1% em doze meses. Entretanto, há significativa diferença entre os rendimentos recebidos. Pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), baseada em informações coletadas durante o primeiro semestre do ano passado, estimava variação de 53% nos salários pagos – o valor da hora paga ao operário formalizado era 73% superior à hora paga àquele que trabalhava por conta própria.

A progressiva formalização do trabalho na construção civil, impulsionada pela elevação no nível de atividade do setor, pela abertura de capital de construtoras e incorporadoras – que sujeita as empresas a padrões de governança corporativa mais rigorosos – e pela intensificação da fiscalização, inseriu na rede de amparo governamental contingente de trabalhadores com baixa qualificação.

Embora a virtuosa elevação da cobertura do salário-desemprego crie um volume de gastos sem precedentes pelo FAT, essa é a *raison d'être* do fundo. O crescimento dos dispêndios expõe, ademais, a necessidade de que a alta rotatividade no emprego seja enfrentada. Esse processo, de longo prazo, depende de diversas ações institucionais e legislativas que incentivem a qualificação dos trabalhadores não apenas em cursos de formação a desempregados, mas também àqueles já inseridos no mercado, preferencialmente através do apoio a programas de treinamento nos locais de trabalho.

Esse aperfeiçoamento da estrutura de absorção de mão de obra já é instilado em alguns ramos da indústria e do setor de serviços. Sua disseminação independe de grandes reformas na regulação trabalhista, mas possivelmente seria mais eficaz se incentivos fossem imitados em um plano de reestruturação de encargos. Sua simplificação e desoneração, mais do que elevar os salários e a rentabilidade das empresas, pode continuar a promover a formalização do trabalho, especialmente daqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo.

De acordo com a Cepal (2002), o processo de internacionalização das economias mundiais pode ser identificado em três etapas principais. A primeira delas teria ocorrido ainda no século XIX, sob a égide da *pax britânica*, proporcionada pelo barateamento dos custos de transporte, que possibilitou a criação de um verdadeiro mercado mundial. No caso do Brasil, este primeiro momento foi marcado pela inserção internacional do País como fornecedor de produtos primários, dentre os quais destacavam-se o açúcar, o café e a borracha.

A segunda fase da globalização foi marcada pela grande expansão do comércio, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, como resultado da consolidação de dois polos antagônicos no mundo. Na porção capitalista, este momento foi caracterizado pela expansão das companhias multinacionais e do comércio. Neste momento, a economia brasileira encontrava-se em processo de industrialização e substituição de importações e participou de modo menos incisivo deste *boom* do comércio mundial.

O terceiro momento é determinado pelo fim do padrão ouro-dólar e a entrada de novos países no rol de fornecedores de produtos industriais. Isto foi simultâneo à liberalização dos mercados de capitais, que levou a uma integração cada vez maior das economias desenvolvidas. Além disso, houve a ascensão da China como *player* global no processo de transição das economias socialistas para o capitalismo. Este momento configurou o surgimento e/ou consolidação de grupos de países, organizados em áreas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns, capazes de proporcionar ganhos de escala às empresas nacionais para fazer frente à crescente competição global.

Neste cenário de emergência de uma nova ordem mundial, multipolar, foi assinado, no dia 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, que deu forma jurídica ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Cabe destacar que quando das primeiras negociações entre Brasil e Argentina, ainda nos anos 1980, ambos os países estavam em transição de regimes autoritários para democracias, e que a aproximação entre ambos ganhava contornos históricos, tendo em vista a antiga rivalidade pela hegemonia política da Bacia do Prata.

O Tratado de Assunção tinha por objetivo aproximar as economias de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, formando uma área de livre comércio e uma união aduaneira, com vistas à integração que permitisse a formação de um mercado comum. Para tanto, foram definidos quatro instrumentos principais: um programa de liberação comercial, que visava atingir em 31 de dezembro de 1994 uma situação de tarifa zero, sem barreiras não-tarifárias para todos os produtos nacionais; a coordenação das políticas macroeconômicas, especialmente a eliminação de restrições não-tarifárias; a criação de uma tarifa externa comum a todos os países, visando estimular a competitividade externa dos Estados partes, e, por fim, a adoção de acordos setoriais para otimizar a utilização e a mobilidade dos fatores de produção entre os países do bloco.

A criação do bloco utilizou como modelo de aproximação as relações desenvolvidas entre as nações do Mercado Comum Europeu, fato evidenciado pela escolha do arranjo que privilegiava a formação de uma União Aduaneira, que significa tratamento preferencial entre os parceiros e necessidade de consentimento mútuo no fechamento de acordos com países externos ao bloco. O MERCOSUL logo se estabeleceu como adversário político da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta capitaneada pelos EUA de estabelecer uma área de livre comércio entre todos os países do continente.

A integração econômica dos países do bloco teve de enfrentar, desde o início, as grandes assimetrias existentes entre as economias que o compunham. A primeira delas diz respeito às consideráveis diferenças de tamanho (territorial, populacional e econômica) entre os países do bloco. O Brasil, isoladamente, responde por 89,4% da população e por 75% do PIB; sua economia, em 2010, era 65 vezes maior que a paraguaia, e sua população 30 vezes maior (tabela 1).

* Geógrafo, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Análise Conjuntural do IPARDES.

TABELA 1 - MERCOSUL - POPULAÇÃO, PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E *PER CAPITA* - 2010

PAÍS	POPULAÇÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO (PCC) ⁽¹⁾	
		US\$ milhões	<i>Per Capita</i>
Argentina	40.519.000	642.402	15.854
Brasil	193.253.000	2.172.058	11.239
Paraguai	6.402.000	33.306	5.202
Uruguai	3.357.000	47.986	14.294
MERCOSUL	243.531.000	2.895.752	11.891

FONTES: IMF

(1) PCC - Poder Comparativo de Compra.

Apesar de o acordo ter possibilitado a conjunção de forças nas negociações com outros blocos comerciais, estes processos tornaram-se mais morosos. Em vinte anos, o MERCOSUL estabeleceu um único Acordo de Livre Comércio, com Israel, e um tratado de preferências fixas com a Índia e a África do Sul. Bolívia e Chile são membros associados e a Venezuela se encontra em processo de inserção como membro pleno, barrada, por enquanto, pelo congresso paraguaio.

A formação do bloco teve importante papel no aumento dos volumes comercializados entre os países membros. Entre 1990 (um ano antes da assinatura do Tratado de Montevideu) e 1996 (o primeiro ano em que vigorou a área de livre comércio) os valores negociados entre o Brasil com os países do MERCOSUL passaram de US\$ 3,632 bilhões para US\$ 15,606 bilhões, equivalendo a um crescimento de 329%. Em 2010, este montante já havia atingido a cifra de US\$ 39,211 bilhões.

Outra mudança importante ocorreu na pauta de produtos negociados: enquanto no início dos anos 1990 predominavam produtos agropecuários, fruto do protecionismo e isolamento em que viviam as economias, por conta de projetos nacional-desenvolvimentistas, em 2010, os materiais de transporte passaram a representar parte significativa das trocas comerciais do Brasil com os demais países do bloco, em especial com a Argentina, representando 42,6% das exportações e 63,6% das importações brasileiras daquele país.

Obviamente, neste processo de integração nem tudo correu de modo favorável, com diversos percalços decorrentes da trajetória por vezes divergente dos países do bloco. Como destaca Lourenço:

Pelo lado econômico emerge a ausência de coordenação entre as estratégias de ajustamento praticadas pelos países membros, principalmente Argentina e Brasil, interferindo de forma decisiva no surgimento de situações de instabilidade nas correntes de comércio e investimento, a exemplo do episódio de janeiro de 1999, ocasião em que o Brasil promoveu a desvalorização e a mudança do regime cambial (de semifixo para flutuante) e a Argentina manteve o sistema de paridade do peso com o dólar [...]. (LOURENÇO, 2005, p. 102).

Ainda de acordo com Lourenço, o episódio deflagrou a adoção de embargos comerciais e de outras medidas protecionistas, como cotas, barreiras e tarifas, em diversos segmentos, tais como eletrodomésticos, têxteis e carnes, colocando em xeque a capacidade de coordenação entre as nações membro. Estas medidas contrariam as regras de livre comércio do bloco, mas têm sido toleradas pelo governo brasileiro, o principal prejudicado pelas medidas argentinas, apesar dos protestos das federações de indústrias nacionais.

Para o futuro, o MERCOSUL esbarra em diversos desafios nada desprezíveis. O aumento da relevância internacional do Brasil nos últimos 20 anos, retomando posições entre as 10 maiores economias do globo, com aspirações crescentes, impõe repensar a relevância do bloco nas relações internacionais do País. Outra questão compreende o aumento do papel da China como parceiro comercial dos países do bloco. Atualmente, os chineses já são os maiores compradores de produtos brasileiros e figuram como importantes parceiros comerciais da Argentina, Uruguai e Paraguai, por conta de sua dependência de *commodities* agrícolas exportadas por estes países. Neste ponto, a indústria chinesa aparece como uma forte competidora da brasileira, ao mesmo tempo em que demanda produtos que não são absorvidos pelo mercado nacional.

Outro desafio é o surgimento recente de um novo bloco comercial nas Américas, conhecido como Acordo de Integração Profunda (AIP), ou ainda Bloco do Pacífico, formado por México, Colômbia, Peru e Chile, que visa formar uma área de livre circulação de pessoas e mercadorias, além da integração dos fluxos de capitais numa única bolsa de valores. O objetivo deste bloco é contrapor o peso da economia brasileira na busca por investimentos em diversos setores, como petróleo e mineração, além do mercado de capitais. Com a exceção da Colômbia, os demais países do bloco contam com acordos de livre comércio com os EUA, o lhes permite o acesso ao maior mercado consumidor do planeta.

Para o MERCOSUL continuar avançando, é necessário que questões importantes, como a integração energética e de infraestrutura de transportes e a negociação de acordos externos, traduzam posturas mais pragmáticas e menos ideologizadas, para que os países integrantes do bloco possam desfrutar, de fato, dos benefícios da coordenação de suas políticas externas. O acesso ao mercado brasileiro pode ser um importante estímulo para o desenvolvimento dos estados menores, mas, ao mesmo tempo, seus interesses não devem servir como limitações ao Brasil em buscar posições mais relevantes no cenário mundial.

Referências

LOURENÇO, G. M. **Economia brasileira**: da construção da indústria à inserção na Globalização. Curitiba: Editora do Autor, 2005.

CEPAL. **Globalização e desenvolvimento**. Brasília: Cepal, 2002.

AGROINDÚSTRIA

Novo frigorífico em Ubitatã

Sediada em Cafelândia, na Região Norte do Estado, a cooperativa Copacol associou-se à Cooperativa Agroindustrial União (COAGRU), de Ubitatã (Região Centro-Occidental Paranaense), para a construção de um frigorífico capaz de abater 300 mil aves diariamente. A Copacol adquiriu a participação da companhia Big Frango no empreendimento por R\$ 22,5 milhões e passou a dividir, de forma equivalente, a propriedade com a COAGRU.

As duas cooperativas já desenvolveram projetos comuns na criação de aves. Estima-se que o novo frigorífico, em fase de construção em Ubitatã, comece a funcionar no segundo semestre de 2012.

COPACOL compra 50% de frigorífico e se une à Coagru. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 abr. 2011. p.19.

INDÚSTRIA

Megaware inicia produção em Curitiba

A fabricante de computadores Megaware alocou R\$ 2,5 milhões na construção de sua planta em Curitiba, e iniciou a produção de computadores pessoais de mesa (*desktops*). A empresa já contava com uma unidade em Belo Horizonte (MG). A nova fábrica é capaz de montar 35 mil unidades mensalmente, mas atualmente opera com 60% da capacidade instalada.

A Megaware planeja expandir suas vendas para o mercado empresarial, bem como o lançamento de novos modelos de *desktops*, *notebooks* e *tablets*.

DRSKA, Moacir. Megaware reestrutura área de produção. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 mar. 2011. Empresas, p.B2.

O Boticário investe em segunda marca

O Boticário, indústria sediada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, investiu cerca de R\$ 40 milhões no lançamento de uma segunda marca de cosméticos, batizada Eudora. No final de 2010, a empresa investiu R\$ 51 milhões na expansão da capacidade instalada de sua fábrica.

No último exercício, a companhia registrou faturamento anual aproximado de R\$ 1,5 bilhão e espera alcançar crescimento de 33% em 2011.

RIOS, Cristina. O Boticário cria nova logomarca e Eudora abre loja neste ano. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 mar. 2011. p.19.

Winner expandirá capacidade de produção em Ponta Grossa

Divisão de produtos químicos da multinacional alemã Würth, a Winner Chemical expandirá a capacidade de produção de suas instalações, localizadas no município de Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental Paranaense. Neste ano, a empresa alocará R\$ 10 milhões na duplicação da capacidade instalada da planta, que fabrica materiais diversos para a construção civil e para a indústria de transformação, sobretudo para o setor automotivo.

Entre 2015 e 2017, a empresa planeja investir cerca de R\$ 40 milhões na construção de outra fábrica em Ponta Grossa, com o intuito de diversificar sua linha de produtos.

SILVA, Maria Gizele. Winner investe R\$ 10 milhões para aumentar a produção. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 abr. 2011. p.25.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/03/2011 a 30/04/2011.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Editora Positivo investirá com suporte do BNDES

A Editora Positivo contraiu empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 90,9 milhões, que financiará a execução de um plano de investimentos no biênio 2011-2012. Divisão editorial do grupo de mesmo nome, a empresa atua em diversos ramos do mercado de publicações.

BNDES empresta R\$ 91 mi à Positivo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 abr. 2011. p. 25.

Arauco ampliará indústria em Jaguariaíva

Fabricante de painéis de madeira, a Arauco investirá R\$ 275 milhões na expansão de suas instalações em Jaguariaíva, na Região Centro-Oriental Paranaense. Atualmente, a planta é capaz de produzir 300 mil metros cúbicos de *medium density fiberboard* (MDF) por ano. A Arauco pertence à companhia chilena Celulosa Arauco y Constitución. Sua unidade de Jaguariaíva pertencia à empresa Placas do Paraná e foi adquirida em 2005.

LIMA, Marli. Arauco vai investir R\$ 275 mi para ampliar fábrica de MDF no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 abr. 2011. Empresas, p. B7.

SERVIÇOS

GVT implantará serviço de TV por assinatura

Empresa do ramo de telecomunicações com sede em Curitiba, a GVT estima investir R\$ 1,8 bilhão ao longo de 2011. A maior parte desse montante será alocado na expansão nacional de sua rede de banda larga, mas a companhia despenderá cerca de R\$ 200 milhões na implantação de seu serviço de televisão por assinatura.

Em 2010, a receita líquida da empresa cresceu 43% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 2,4 bilhões. O controle acionário da GVT foi adquirido, em 2009, pelo grupo Vivendi, de capital francês.

GVT planeja sistema híbrido para oferecer serviço de TV. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 abr. 2011. Empresas, p.B2.

MOREIRA, Talita. GVT planeja investir R\$ 1,8 bilhão. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 mar. 2011. Empresas, p.B1.

Ouro Verde investirá R\$ 313 milhões em 2011

O grupo empresarial Ouro Verde Transporte e Locação, dedicado ao transporte de cargas e logística, investirá R\$ 313 milhões na aquisição de veículos leves para a terceirização de frotas e de máquinas que atendam aos setores de construção civil e sucroalcooleiro. Sediada em Curitiba, a companhia investiu valor semelhante no ano passado.

O grupo, que controla a rede de armazéns Martini Meat, planeja abrir seu capital no segundo semestre do próximo ano. Em 2010, sua receita líquida alcançou R\$ 446,7 milhões, variação positiva de 24,6 % em relação ao ano anterior.

LIMA, Marli. Ouro Verde terá Fernando Xavier no conselho. *Valor Econômico*, São Paulo, 03 mar. 2011. Empresas, p.B8.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 142	3 594	3 147	38 914	186 137	4 783	31 092	794 935	25 567

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	75 497	102 379	1 356	648 903	54 544 881	84 062	53 100	195 783	3 687

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535	
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481	
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385	
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125	
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207	
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488	
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870	
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685	
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449	
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478	
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481	
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046	
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824	
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018	
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248	
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285	
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212	
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097	
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559	
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482	
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298	
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499	
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004	
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065	
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444	
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266	
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664	
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068	
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191	
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010	
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986	
2011 ⁽¹⁾	512 772	822 184	1 603	201 698	4 560 382	22 617	2 413 401	13 187 228	5 464	

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO			
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937	
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166	
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872	
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187	
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342	
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081	
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115	
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921	
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832	
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753	
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164	
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687	
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311	
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470	
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690	
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658	
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930	
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812	
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690	
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045	
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369	
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107	
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504	
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607	
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246	
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199	
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580	
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270	
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789	
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916	
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916	
2011 ⁽¹⁾	369	1 000	2 710	4 585 088	15 156 796	3 306	1 030 849	2 856 148	2 771	

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2010

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Julho	220 968	22 671	55 673
1998	854 517	236 358	193 435	Agosto	211 633	22 547	43 046
1999	957 237	198 873	229 466	Setembro	219 559	25 684	43 199
2000	1 041 412	181 113	235 315	Outubro	217 893	28 159	42 903
2001	1 121 828	197 985	263 451	Novembro	207 014	24 097	39 211
2002	1 235 681	219 350	333 951	Dezembro	204 960	31 497	40 660
2003	1 344 398	219 774	359 139	2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514
2004	1 557 656	276 808	340 645	Janeiro	211 217	20 641	36 228
2005	1 788 481	308 947	367 765	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
2006	1 856 538	316 897	390 394	Março	239 997	28 977	43 854
2007	2 057 318	295 010	437 152	Abril	225 476	27 639	42 257
2008	2 480 908	279 609	454 340	Maiο	232 068	28 791	43 956
2009	2 489 061	282 220	509 156	Junho	228 155	30 774	45 041
Janeiro	194 503	21 742	39 155	Julho	245 922	28 951	47 393
Fevereiro	185 407	15 748	38 572	Agosto	233 291	27 815	46 412
Março	206 686	19 125	39 479	Setembro	232 140	31 644	46 126
Abril	204 305	24 370	42 527	Outubro	224 600	31 111	46 455
Maiο	206 920	23 778	43 028	Novembro	221 656	27 764	45 675
Junho	209 215	22 801	41 702	Dezembro	229 016	31 579	49 125

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais
(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maiο	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	1 350 170	41,94	400 167	12,43	1 393 842	43,30	74 951	2,33	3 219 130
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415

FONTE: MDIC/SECEX
(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Mai	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	3 219 130	3 807 146	- 588 016	51 232 800	48 063 648	3 169 152
Janeiro	864 680	1 283 525	- 418 845	15 214 353	14 794 752	419 601
Fevereiro	1 027 035	1 175 046	- 148 011	16 732 470	15 535 320	1 197 150
Março	1 327 415	1 348 575	- 21 160	19 285 977	17 733 576	1 552 401

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Fev./10
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun./10	Jul./10	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11
Combustíveis e lubrificantes	94,56	85,39	88,32	87,49	94,39	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	82,98	84,65	81,30
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	137,79	128,30	127,53	126,80	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	129,50	133,52	125,47
Hipermercados e supermercados	136,39	126,95	125,96	125,09	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	127,93	132,04	123,81
Tecidos, vestuário e calçados	109,02	132,23	139,26	115,07	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	101,32	109,77	92,87
Móveis e eletrodomésticos	217,93	199,63	233,55	207,22	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	240,67	266,44	214,90
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	213,74	203,79	214,76	213,16	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	220,52	224,61	216,43
Livros, jornais, revistas e papelaria	152,90	123,79	127,55	126,30	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	162,96	157,25	168,67
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 202,90	1 110,25	1 295,54
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	229,33	222,67	253,77	240,84	246,05	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	222,72	235,33	210,10
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	149,71	142,10	148,67	141,56	147,66	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	143,47	149,75	137,18

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2011

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3
Alimentos	785	782	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																
	2009	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Maior/10	Jun./10	Jul./10	Ago./10	Sep./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11
Indústria de transformação	131,6	150,3	126,9	123,6	168,9	140,3	164,4	161,7	162,8	149,4	159,5	147,2	158,0	140,7	142,7	150,2	135,2
Alimentos	107,9	116,8	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	138,9	133,1	121,7	122,9	95,8	88,9	86,6	91,2
Bebidas	126,2	140,4	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1	105,7	125,3	149,0	162,4	161,0	175,4	128,1	132,1	124,0
Madeira	72,8	80,1	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	83,5	74,3	73,4	77,8	68,9
Celulose, papel e produtos de papel	132,2	139,4	144,5	127,2	150,9	137,6	145,7	113,6	145,5	139,4	141,2	138,5	147,4	141,0	141,5	148,1	134,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	428,7	446,0	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	457,4	437,6	450,4	748,1	152,7
Refino de petróleo e álcool	100,1	91,7	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	84,3	99,5	99,8	93,9	87,3	93,1	81,4
Outros produtos químicos	77,8	66,9	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	75,9	43,8	71,6	70,8	72,4
Borracha e plástico	122,5	129,1	131,3	125,9	144,3	114,2	120,3	130,1	138,4	131,6	129,9	132,1	131,1	119,7	125,3	124,7	125,9
Minerais não metálicos	123,2	129,7	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	138,1	127,7	124,7	124,6	125,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,1	120,5	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	129,1	127,5	128,8	126,0	111,0	120,0	120,2	119,8
Máquinas e equipamentos	143,3	178,5	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	190,9	160,5	165,4	150,8	179,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	118,6	131,0	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	150,3	134,7	134,4	115,8	153,0
Veículos automotores	200,0	315,2	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0	366,0	365,2	318,9	338,5	316,9	298,5	330,2	275,5	384,8
Mobiliário	84,8	108,6	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3	101,3	113,4	115,4	114,2	121,8	117,4	102,5	101,1	103,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./09	Fev./09	Mar./09
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,0	233,9
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Abr./09	Maio/09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10
Indústria geral	103,5	104,3	104,5	104,7	104,7	105,4	106,4	105,9	103,9	104,4	104,1	104,6
Indústrias extrativas	71,8	71,1	72,5	72,9	73,4	73,3	72,3	70,2	69,6	68,3	68,7	67,9
Indústria de transformação	103,9	104,7	104,9	105,1	105,1	105,8	106,8	106,3	104,3	104,8	104,5	105,1
Alimentos e bebidas	150,9	152,2	154,1	154,2	153,2	154,8	157,8	154,9	154,1	153,6	152,2	155,0
Fumo	282,3	213,6	164,9	103,1	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3	242,1	205,7	278,4
Têxtil	82,8	84,5	84,5	85,6	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2	85,3	84,8	85,8
Vestuário	93,4	93,0	92,3	92,9	92,6	91,8	92,6	91,8	88,6	88,2	87,8	88,6
Calçados e couro	105,4	106,2	106,3	106,3	105,0	104,1	102,3	98,3	92,0	90,5	89,9	91,0
Madeira	35,1	35,0	34,6	34,4	33,8	33,5	33,1	32,9	32,1	31,5	31,9	31,1
Papel e gráfica	127,5	130,2	130,3	130,4	131,0	133,9	136,6	136,7	134,7	133,6	134,3	132,8
Refino de petróleo e combustíveis	220,8	231,7	232,1	232,2	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7	188,6	186,1	191,1
Produtos químicos	100,4	101,7	102,5	100,8	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1	100,1	100,7	99,4
Borracha e plástico	81,2	81,1	80,3	78,9	79,2	80,8	79,8	78,7	76,9	78,3	77,9	78,6
Minerais não-metálicos	126,5	127,0	127,9	129,9	131,1	126,0	128,7	129,7	129,3	127,0	126,5	127,4
Metalurgia básica	80,8	80,3	80,5	79,2	80,4	79,5	79,8	78,4	77,7	82,6	82,2	82,9
Produtos de metal ⁽¹⁾	104,1	107,7	109,4	111,0	113,2	120,1	120,6	123,1	114,0	117,4	117,7	117,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	173,1	172,7	173,0	173,8	173,6	174,1	174,4	171,8	165,5	165,1	166,1	164,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	109,2	107,3	109,2	110,5	112,2	113,7	114,5	116,7	116,8	122,8	121,3	124,3
Fabricação de meios de transporte	145,7	148,1	149,1	150,0	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5	159,7	159,2	160,1
Fabricação de outros produtos	59,6	60,6	59,4	60,1	60,1	60,8	62,0	62,1	62,9	63,7	63,5	63,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Jan. - Mar. 2011	17 095	5 470	3 846	23 034	1 490	-	50 935

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009	189 269	-1,20	3 185 125	-0,60
2010 ⁽³⁾	-	8,30	-	7,61

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IparDES para o Paraná. Mediana das expectativas de mercado do boletim Focus, do Banco Central, para o Brasil.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br